

5

Conclusão

O *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e Colônias da Ilha do Governador*⁴³⁵ nos oferece um parecer sobre as instalações e os procedimentos médicos da assistência. Não são poucas as avaliações dos inspetores que se apoiam em comparações no seio da própria assistência. Assim, em 1903 o Pavilhão de Observação é citado como modelo para todas as outras seções do Hospício Nacional de Alienados. Eis um exemplo da boa impressão deixada pelo Pavilhão de Observação:

“O pavilhão de observação impressionou agradavelmente a comissão pela ordem e asseio de todas as suas dependências. [...] Os livros de matrícula e de observação dos doentes estão escriturados com método e regularidade. O gabinete histo-químico bem tratado. O gabinete eletro-terápico está montado de modo a poder preencher as principais indicações da eletro-terapia moderna. [...] O banheiro para o banho quente e as duas latrinas Veritas acham-se muito bem tratados.”⁴³⁶

Entretanto, alguns dados levantados são particularmente intrigantes. Apenas dois anos antes de ser objeto de elogios, era bem diferente o cenário na seção dirigida por Teixeira Brandão. A mensagem enviada por um engenheiro da seção de obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores nos oferece uma ideia do aspecto do pavilhão de observações:

“Em cumprimento à vossa recomendação verbal, percorri os pavilhões de Observação do HNA, em companhia do professor Teixeira Brandão [...], examinando-os detidamente, afim de poder apresentar-vos um orçamento das obras que necessitam, para que possam ser conservados e preencher seus fins, de modo completo.

Concluído no ano de 1892, desde esta época que não são pintadas; de sorte que uma das obras, de que mais carecem, é, sem dúvida, a pintura geral interna e externa. De fato, não só os tetos e paredes acham-se enegrecidas pela ação do tempo, mas também as esquadrias, grades de ferro, [...], corrimões etc. Ou estão com a pintura toda estragada, ou já não a possuem mais, deixando a descoberto, e deteriorando-se pela ação do sol e da chuva, a madeira ou o ferro. Creio portanto que a pintura geral

⁴³⁵ Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1887/000442.html>. Último acesso em 22 de janeiro de 2012.

⁴³⁶ Idem, p.12.

desses pavilhões, muito concorrerá para a sua boa conservação e asseio e conseqüentemente para a sua higiene hospitalar.

Além desses trabalhos, observei mais que os soalhos dos cômodos das latrinas e banheiros carecem de ser substituídos, convido empregar então de preferência o ladrilho, quer pelo lado higiênico, quer pelo de duração e comodidade para o serviço administrativo; que os portões de segurança existentes, nos pátios dos fundos, completamente arruinados, não podendo ser aproveitados por qualquer forma; que outros pequenos reparos de carpinteiro, pedreiro, bombeiro, também se impunham como muito precisos; e finalmente que os banheiros e lavatórios necessitavam de uma reforma radical.

Sobre esta última parte o Dr. Teixeira Brandão mostrou-me a conveniência de serem instalados, em substituição aos atuais, de sistema impróprio, dois banheiros de força, um em cada pavilhão, todos de ferro, com aquecedores a gás, para rapidamente regularizar a temperatura da água, de forma a que nos enfermos possam ser sujeitos com facilidade ao necessário tratamento hidroterápico. Nesse sentido incluí no orçamento, que ora submeto à vossa apreciação, as importâncias necessárias à aquisição e assentamento do material necessário, tendo em vista os preços por que podem ser adquiridos no mercado atualmente.”⁴³⁷

Além da clara distinção entre o relato do engenheiro e o da comissão de inquérito, outro ponto nos chama atenção. Por que o ministro abriu mão do protocolo e recomendou oralmente que o engenheiro fosse visitar o Hospício Nacional de Alienados? Essa excepcionalidade denotava certo caráter de urgência que provavelmente se relacionava ao temporal que havia assolado o Rio de Janeiro havia pouco mais de um mês e provocando grandes estragos por toda a cidade⁴³⁸. Os danos causados no hospício foram informados pelo seu diretor em ofício ao ministro:

“Os prejuízos causados no Hospício Nacional de Alienados pelo temporal que caiu a 19 do corrente foram de tal ordem que me obrigam a levar ao conhecimento de v.ex. esse fato, visto que todo o telhado do Pavilhão de Observações e grande parte de uma parede onde existe uma porta foram danificadas pela queda de uma grande mangueira, afora outros pequenos prejuízos; na lavanderia há grande falta de telhas que foram arrancadas pelo vendaval; o taboado que divide o terreno da lavanderia com o que foi permutado do falecido Conde de Sta Marinha foi todo arrancado, e, não pode ser aproveitado pelo grande uso que tem e porque está quase

⁴³⁷ Arquivo Nacional, *Série Justiça*, IJ2926. Ofício N°37 do escritório do engenheiro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assinado por Henrique [sobrenome ilegível] em 26 de fevereiro de 1901.

⁴³⁸ Cf. “O temporal de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 20 de janeiro de 1901.

toda a madeira podre, no hospício propriamente a não ser muitos vidros quebrados e um ou outro conserto de paredes, poucos estragos houve.”⁴³⁹

A documentação indica que os maiores danos se deram no Pavilhão de Observações. Na margem desse mesmo ofício encontramos a ordem do ministro para que as obras fossem iniciadas. O primeiro orçamento, de 26 de fevereiro de 1901 foi recusado, sendo o segundo, de 6 de março, aprovado. Neste último, podemos encontrar boa parte do que, no ano seguinte, seria elogiado pela comissão de inquérito: “pintura a óleo nos tetos das esquadrias internas [...] dos rodapés e das paredes [...] das paredes exteriores [...] das esquadrias externas [...] das varandas, tetos, colunas, grades e ferro, [...]”; “aumento e modificação da rede de esgotos de águas pluviais e servidas, novos ralos etc.”; substituição do “do portão de madeira no pátio dos fundos”; levantamento do “soalho do cômodo das latrinas, e ladrilhá-lo, depois de feito o massame [sic]”; “aquisição e assentamento de duas banheiras de força, de ferro, com registros especiais etc”, entre outras melhorias. O pavilhão de observações ficaria como novo. E assim foi.

A reforma determinou a melhoria das instalações da seção de Teixeira Brandão. Segundo as folhas de pagamento do pessoal subalterno, que indicam os trabalhadores envolvidos na obra, a reforma durou até julho de 1901. Não é de surpreender, dessa forma, que aproximadamente um ano e meio depois, sejam assim descritos os estabelecimentos da assistência a alienados: “um hospício central, de enormes proporções, construído à antiga, tendo por assim dizer, apenas de bom, psiquiatricamente falando, o pavilhão de observação que lhe é anexo e duas colônias”.

Ao qualificar “psiquiatricamente” os motivos do elogio ao pavilhão de observações, a comissão, por certo, levou em conta a boa impressão material causada por este. Como vimos no capítulo 2, as linhas do relatório são repletas de referências que claramente relacionam as reformas materiais com a melhoria do serviço clínico. O desafio proposto pelo relatório talvez esteja menos em suas linhas do que em suas entrelinhas. Como diz Evaldo Cabral de Mello, as

⁴³⁹ Arquivo Nacional, *Série Justiça*, IJ²926. Ofício N°76 de 28 de janeiro de 1901. Assinado por Pedro Dias Carneiro.

“entrelinhas [...] resultam tão ou mais eloquentes do que as linhas; o não-dito tanto ou mais do que o dito”⁴⁴⁰.

Como exemplo dessas entrelinhas podemos citar que em nenhum momento do relatório é citada a então recente reforma pela qual tinha passado o pavilhão de observações. Os membros da comissão talvez não soubessem, mas também não questionaram o porquê da grande diferença entre o hospício e aquela seção anexa. Talvez para aqueles homens, o pavilhão de observações tenha se tornado a metáfora das reformas pelas quais, de certa forma, advogavam. A dúvida que se soma é sobre qual seria a direção tomada pela assistência a alienados no Distrito Federal, e no Brasil, se os ventos da tempestade de janeiro de 1901 tivessem soprado em outro sentido.

Jamais teremos resposta para essa questão, mas o episódio do temporal de 1901 é exemplar, uma vez que nos leva a considerar como a história da assistência a alienados no Brasil somente pode ser compreendida de forma mais ampla se também levarmos em conta critérios alheios aos ditames científicos. Como lembra McMullin, o próprio acaso pode influenciar os rumos da ciência. Não é difícil imaginar que a reação aos estragos causados pelas chuvas, que tornaram o Pavilhão de Observações tão luzidio, tenha contribuído bastante para as boas impressões que a comissão de inquérito registraria em seu relatório ao ministro da justiça.

O que buscamos nessa dissertação foi compreender como experiências singulares de indivíduos, a dimensão cotidiana e os fatores externos à ciência são fundamentais para entender a história do alienismo brasileiro em seu momento de consolidação.

A primeira lei nacional para os alienados não encontrou na experiência das comissões de inspeção, o fôlego necessário para tornar a assistência um sistema nacional. Nos primeiros anos, os relatórios enviados por alguns estados ao ministro da justiça davam a impressão que a assistência conseguiria adquirir um escala nacional, mas a determinação legal de 1903, que, como vimos, não mais

⁴⁴⁰ Evaldo Cabral de MELLO. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997. P.113.

constava no decreto de 1904, perdia fôlego com o passar dos anos. O alienismo no Brasil parecia seguir a lógica centrípeta a partir do Distrito Federal.

Chama atenção também nesses primeiros anos de ação das comissões de inspeção, o silêncio da comissão do Distrito Federal diante do estado do Hospício Nacional de Alienados. A ausência de críticas e de registros de visitas no estabelecimento que foi o epicentro da crise de 1902 sugere que o projeto de reforma da assistência a alienados tinha encontrado seu termo com a chegada de Juliano Moreira à direção do hospício. Após esse fato, pareciam não mais fazer sentido as críticas ou denúncias que, além de se depararem com um combalido poder de investimento por parte do Estado, poderiam ganhar as páginas dos jornais e se converter em nova e, por certo, indesejável crise.

Entre limites e distorções os anos avançavam e a cada nova lei, as atribuições da comissão de alienados sofriam novo acréscimo. Entretanto, ao que se refere a sua abrangência, há uma tendência que se destaca e demanda uma melhor observação. A partir da análise dos relatórios, é notável a centralidade ocupada pelo Distrito Federal. Uma conclusão óbvia que possa explicar essa tendência é o fato dele ser a capital da República. Mas essa consideração não explica muita coisa.

No que se refere à assistência prestada aos alienados, o Distrito Federal não era considerado exemplar. Segundo os relatórios, inúmeros obstáculos contavam para essa situação: enorme demanda incapaz de ser atendida, precariedade das instalações, carestia de verbas, entre outras. Certamente o quadro não era distinto do que se observava em outros estados. A exceção ficava por conta de São Paulo. Segundo as avaliações de variados atores que mais ou menos influenciavam nos rumos do alienismo, bem como na constituição de uma ideia sobre ele. O Hospício Juquery era a experiência brasileira mais próxima dos países considerados civilizados.

Assim que assumiu a direção do Hospício Nacional de Alienados, essa era a opinião de Juliano Moreira:

“Em primeiro lugar, é da maior justiça ocupar-me de S. Paulo. A esse Estado cabe a glória de ter sido o primeiro, depois da capital do país, a preocupar-se com os seus alienados. Além disso, foi o primeiro que tratou

de dar-lhes assistência condigna nos tempos em que estamos, mandando-lhes erguer o magnífico Hospício de Juquery. Já no fim da primeira metade do século passado houve em S. Paulo quem se apiedasse dos pobres orates.”⁴⁴¹

Na mesma época, a comissão de inquérito concluía sua avaliação acerca do que encontrou nos estabelecimentos públicos para alienados do Distrito Federal:

“ao terminar esta sucinta resenha dos tristes fatos que presenciou, a comissão julga-se autorizada a afirmar que no Brasil, a não ser talvez em São Paulo, não há ainda assistência a alienados: o hospício nacional é simplesmente uma casa para detenção de loucos.”⁴⁴²

Mesmo os veículos da imprensa não especializada compartilhavam dessa noção. Em 1902 o *Jornal do Commercio* afirma ser a cidade de São Paulo uma “prova brilhante” de como é possível oferecer um serviço psiquiátrico que “nada fica a dever ao que a Europa tem de melhor no gênero”. Já o Rio de Janeiro tinha não um hospital ou um hospício, mas “pura e simplesmente uma casa de detenção”⁴⁴³. Nesse sentido, duas perguntas se impõem. Por que São Paulo, sempre tão bem avaliado, não aparecia em nenhum relatório ministerial através de sua comissão de inspeção? Por que o Rio de Janeiro, que contava com uma avaliação tão negativa, mantinha-se como o centro do alienismo brasileiro?

Sobre a comissão de inspeção de São Paulo, não temos nenhuma informação. Por um lado, poderíamos considerar que não havia comissão porque nada tinha a ser inspecionado⁴⁴⁴. Por outro lado, é necessário lembrar que sua não existência poderia se sustentar por uma salvaguarda legal que serviria como eventual justificativa: o artigo 176 do decreto de 1904 que limitava a atuação da comissão de inspeção ao Distrito Federal. Por um lado ou por outro, não deixa de ser sugestiva a lacuna deixada por São Paulo. Talvez a “época de ouro”⁴⁴⁵ do

⁴⁴¹ Notícia 18

⁴⁴² (relatório inquérito 29)

⁴⁴³ A comparação parece não ser aleatória. No mesmo ano de 1902, essas são as considerações de Olavo Bilac acerca desse estabelecimento carcerário: “Que vai fazer agora o governo? Vai demitir o administrador da Casa de Detenção? daqui a pouco será obrigado a demitir o cidadão que o substituir, e as coisas continuarão no mesmo pé – porque a causa dos abusos não reside na incapacidade de um funcionário, mas por um vício essencial do sistema, num defeito orgânico do aparelho penitenciário. E não há de ser a demissão de um administrador que há de consertar o que já nasceu torto e quebrado”. *Apud* Clarisse Nunes MAIA *et al.* (Orgs.). **História das prisões no Brasil**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. P.09.

⁴⁴⁴ Sobre o Hospício de Juquery, Maira Clementina Pereira da CUNHA indica que “são da década de 30 as primeiras denúncias e crises relativas à existência da instituição”. _____. Ainda o Juquery: notas para um (velho) debate. **Lua Nova** [online]. 1987, vol.3, n.4, pp. 80-86.

⁴⁴⁵ Idem.

Hospício de Juquery tenha contribuído para que a excelência deste estabelecimento se tornasse uma verdade auto evidente e, assim como os asilos dos países adiantados, um ideal a ser alcançado, não avaliado.

Sobre a centralidade exercida pelo Rio de Janeiro, podemos considerar que ela resultasse de sua capitalidade que se viu fortalecida no regime republicano. Segundo afirma Margarida de Souza Neves:

“existem cidades com especial vocação cenográfica. Nelas encena-se um roteiro que deve ser reproduzido pelo país inteiro, que, por sua vez, as olha como representação de sua identidade, como síntese de seus projetos, como monumentalização das tradições que preza e quer eternizar. São as cidades-capital. Ao representar o país como um todo, essas cidades assumem, recorrentemente, uma função metonímica.”⁴⁴⁶

O alienismo brasileiro encontrava no Rio de Janeiro o cenário em que poderia apresentar para todo Brasil seu projeto de assistência. A capital republicana era também o palco, ali se condensavam “de forma eloquente, as angústias, as glórias, os impasses e as esperanças de uma coletividade que vai muito além daquela constituída por seus habitantes”⁴⁴⁷. Mais ou menos distantes do palco, os demais membros da nação pareciam assistir os atos de um alienismo como espetáculo que não raro se apresentava como uma tragédia, uma comédia ou uma farsa.

Assim, nos voltamos aos personagens que ocuparam esse palco, privilegiando aqueles distantes do proscênio, pouco atingidos pelas luzes da ribalta. Personagens obscuros, mas que ajudaram a contar a história da assistência a alienados. Almojarifes, inspetores, chefes de seções que com falas mais ou menos breves contribuíram para o roteiro que, de alguma forma, pelos jornais, ofícios, relatórios, foi reproduzido para o país inteiro.

⁴⁴⁶ Margarida de Souza NEVES. “Uma capital em *trompe l’oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da república velha. In: A. M. MAGALDI; C. ALVES; J.G. GONDRA (orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.253

⁴⁴⁷ Idem, p. 254.